

Pontes

ENTRE O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 1 EUA: entre comércio e mudanças climáticas
- 4 Caso do algodão: reflexões sobre a eficácia da OMC no controle dos subsídios agrícolas
Adriana Dantas
- 5 Acesso da Rússia à OMC: Uma história sem fim
Natalia Shpilkovskaya
- 7 O G-77 nas negociações climáticas: custos e benefícios de uma coalizão em desenvolvimento
- 9 Do local ao global: definição, regulação e circulação do lixo ao redor do mundo
Yvonne Ewang
- 11 O dólar como moeda internacional de referência: é possível sua substituição?
Henri Kistler
- 13 Proteção de Indicações Geográficas: a experiência indiana
T.C. James
- 15 As relações bilaterais entre EUA e Brasil, nas palavras do embaixador Antonio Patriota
- 17 O papel da agricultura brasileira nas mudanças climáticas
Luiz Fernando do Amaral
- 18 Para compreender a relação entre mudanças climáticas, agricultura e comércio
Charlotte Habebrand

EUA: entre comércio e mudanças climáticas

Na reta final para Copenhague, o Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) poderá incrementar sensivelmente a pressão sobre os países mais resistentes a aceitar metas de redução de emissões. Preocupações com a competitividade da indústria doméstica e com o chamado carbon leakage norteiam o debate sobre a Lei Estadunidense de Energia Limpa e Segurança (American Clean Energy and Security Act), cuja compatibilidade com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) está em questão.

Encontra-se em votação, no Senado, a Lei Estadunidense de Energia Limpa e Segurança (conhecida como Lei Waxman-Markey, nome dos legisladores que a propuseram), que pretende estabelecer um sistema de redução de emissões domésticas de gases de efeito estufa (GEEs) e, ao mesmo tempo, introduzir medidas de natureza comercial punitivas às importações de países que venham a rejeitar um acordo multilateral sobre o clima. Com o objetivo declarado de transformar drasticamente os padrões de consumo de energia da economia estadunidense, especializando-a em setores ambientalmente sustentáveis, o projeto de lei determina: (i) o estabelecimento de um mecanismo de redução de emissões do tipo cap and trade¹, o qual prevê redução de emissões em 17% até 2020 e 83% até 2050, relativamente às emissões de

2005; (ii) a atribuição gratuita de “permissão de emissões” para auxiliar na adaptação de setores intensivos em emissões e fortalecer setores que utilizam tecnologias sustentáveis; e (iii) a introdução de medidas comerciais de ajuste na fronteira, visando a garantir a competitividade da indústria estadunidense face a países de baixa regulação ambiental.

No plano internacional, existem diversos mecanismos cap and trade - a exemplo do Protocolo de Quioto -, por meio dos quais são estabelecidas metas globais de redução de emissões de GEEs com referência ao volume anual de emissões em um ano-base. Atribui-se determinado volume de “permissões de emissão” às principais fontes poluidoras individualmente consideradas, geralmente indústrias atuantes

Você sabia?

Que os países com maior dependência econômica da agricultura sofrerão perdas de, em média, mais de 20% de sua produção agrícola até 2080? A conclusão foi obtida a partir de modelos de impacto das mudanças climáticas sobre a agricultura. A pesquisa também considerou os ganhos que poderiam ser obtidos com a elevação do dióxido de carbono na atmosfera, composto benéfico para o crescimento vegetal.

Os dados podem ser acessados no documento formulado em parceria entre o ICTSD e o International Food and Agricultural Trade Policy Council, intitulado *Climate Change, Agriculture and Aid for Trade* (2009). O estudo está disponível em: www.ictsd.net/downloads/2009/10/draft-ictsd-ipc-paper.pdf

Vulnerabilidade a mudanças climáticas

País	Estimativa em % para a produção agrícola em 2080	
	Sem fertilização pelo carbono	Com fertilização pelo carbono
Senegal	-51,9	-44,7
Índia	-38,1	-28,8
Afeganistão	-24,7	-13,4

Fonte: Cline (2007), *World Development Indicator of the Nearest Year*.



ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS



DIREITO GV

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Editorial

Estimado(a) leitor(a),

Ao caminharmos em direção ao final do ano, intensificam-se as expectativas em torno de avanços esperados em algumas das principais agendas da governança global. No foco deste número está a 15ª edição da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a ser realizada em dezembro, em Copenhague.

Também ganha evidência a interseção entre as esferas climática e comercial, na medida em que atores-chave em ambas searas anunciam a imposição de medidas de sanção comercial contra países que não implementarem suficientes esforços no combate ao aquecimento global. O projeto de lei ambiental em debate no Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) - certamente, a medida mais polêmica deste tipo - constitui objeto de análise em outro editorial deste número.

O papel dos países em desenvolvimento que figuram entre os maiores emissores de gases de efeito estufa constitui ponto de especial controvérsia nas atuais negociações, o que aumenta sua complexidade em relação ao arranjo definido no Protocolo de Quioto. Essa nova realidade levanta dúvidas acerca dos custos e benefícios para estes países - em especial, o Brasil - do alinhamento a um grupo heterogêneo como o G-77 nas negociações climáticas. Este quadro constitui pano de fundo de editorial apresentado neste número.

À agricultura também é direcionada atenção especial no desenho do novo regime climático. O artigo de Charlotte Habebrand discorre sobre a via de mão dupla formada pelos impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura, bem como a participação desta no total de emissões de gases de efeito estufa. Diante desse cenário, a autora sopesa as perspectivas da liberalização do comércio e sua relação com esse quadro. De forma complementar, a análise de Luiz Fernando do Amaral traz a perspectiva brasileira da mesma problemática, apontando os ganhos e desafios do Brasil em desenvolver sua agricultura de forma alinhada aos esforços empregados no campo climático.

Outro tema na área ambiental consta da análise de Yvonne Ewang acerca da regulação da circulação do lixo entre os países, considerando os tratados existentes e sua implementação e os acontecimentos recentes envolvendo Brasil e Reino Unido. Temas diretamente relacionados ao Brasil são tratados em entrevista exclusiva ao Pontes pelo embaixador brasileiro em Washington, Antonio Patriota: a reforma do Sistema Geral de Preferências e a possibilidade de abertura de um painel contra a aplicação do método *zeroing* em investigações *antidumping* pelos EUA. Ainda, a questão da retaliação pelo Brasil no caso do algodão é abordada em artigo de Adriana Dantas.

Na esfera financeira internacional, Henri Kistler debate a continuidade de utilização do dólar como moeda referencial para o comércio internacional.

Por fim, contamos também com artigos que abordam dois temas polêmicos da agenda comercial multilateral: a adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio e a experiência indiana na proteção de indicações geográficas.

Esperamos que aprecie a leitura.

Equipe Pontes

em setores intensivos em energia. Aquelas que emitirem um volume de GEEs inferior à sua meta individual poderão vender suas “permissões de emissão” não utilizadas às que excederam suas metas, o que resulta na criação de um mercado de carbono que financiará a modificação da matriz energética.

Apesar de ainda não ter sido aprovado no Senado - o que se espera para o final de 2009 -, o projeto de lei foi inicialmente interpretado como um sinal de mudança na posição dos EUA quanto ao tema de emissões, o que despertou esperanças de êxito nas negociações de um acordo multilateral em mudanças climáticas.

Contudo, pesadas críticas têm norteado o debate subsequente. Grupos ambientalistas consideram insuficientes as metas de redução previstas pela lei que estabelecem 2005 como o ano-base. As metas ficam, assim, significativamente abaixo daquelas previstas no Protocolo de Quioto: apenas 4% de redução em relação a 1990. Por outro lado, setores empresariais questionam o alto custo da legislação, que pode agravar o déficit público e provocar um aumento generalizado de preços. Segundo estimativas oficiais, a legislação implicará em desembolsos estatais da ordem de US\$ 821 bilhões². Lideranças políticas, por sua vez, questionaram a atribuição gratuita de “permissões de emissão” a 85% das fontes poluidoras.

No plano internacional, os dispositivos comerciais contidos no projeto foram criticados por diversos líderes mundiais, que os qualificaram como protecionismo injustificado e incompatível com as regras multilaterais de comércio. Nas negociações climáticas em Bonn, realizadas em agosto, o comunicado do G-77+China condenou o recurso de países desenvolvidos (PDs) a medidas unilaterais restritivas ao comércio sob justificativas ambientais. A Índia também incluiu em sua proposta de texto negociador para a conferência de Copenhague uma cláusula com vistas a assegurar que PDs “não poderão recorrer a nenhuma forma de medida unilateral, incluindo medidas compensatórias aplicadas na fronteira, sob justificativa de proteção e estabilização do clima, direcionadas a bens e serviços importados de países em desenvolvimento”³.

Apesar das reações negativas, proliferam exemplos bem sucedidos de políticas nacionais e regionais de redução de emissões. Menciona-se o pioneiro Esquema de Comércio de Emissões do Reino Unido (ETS, sigla em inglês), adotado em 2002, com o objetivo de internalizar as metas de redução previstas no Protocolo de Quioto; e o ETS da União Europeia, que substituiu o britânico em 2006. Adicionalmente, surgiu o Esquema de Redução de GEEs da Austrália (GGAS, sigla em inglês) e a Iniciativa Regional de GEEs, adotada pelos EUA. Internamente nos EUA, em 2006, a Califórnia promulgou a Lei de Solução ao Aquecimento Global, que determina uma redução de 25% nas emissões de GEEs do estado até 2020.

No entanto, o cap and trade introduzido pelo projeto de lei Waxman-Markey difere de outras iniciativas quanto à previsão de mecanismos comerciais para garantir a competitividade da indústria doméstica. Alguns PDs temem perder suas indústrias para países que ofereçam regulamentação ambiental branda e menores custos de produção (*carbon leakage*). Nesse sentido, as assimetrias entre as legislações ambientais nacionais comprometeriam a eficácia das medidas ambientais.

Defensores deste raciocínio concluem que o único meio de evitar o carbon leakage seria promover a internalização dos custos ambientais nos preços de produtos importados - o que a lei estadunidense tenta operacionalizar por meio da imposição de medidas que incrementem o custo das importações. “Um país que não imponha custos de emissão não tem uma verdadeira vantagem competitiva diante de um país que internalize estes custos. Ele apenas produz a custos baixos porque o preço nominal do produto não inclui totalmente os custos de produção”, argumenta Scott Ganz, do American Enterprise Institute⁴. Desse modo, não seria apropriado considerar essas medidas como protecionistas, dado que estariam apenas promovendo ajustes na composição dos preços.

Tendo esta lógica prevalecido durante os debates legislativos nos EUA, determinou-se a criação de um mecanismo para punir importações de países que se recusem, até 2018, a participar de um acordo internacional sobre redução de emissões. O mecanismo não consistirá na cobrança de uma tarifa punitiva, ainda que seu efeito econômico seja

encarecer as importações. Ao contrário, estabeleceu-se o Programa Internacional de Reservas de Permissões (International Reserve Allowance Program), que obrigará importadores de produtos intensivos em carbono a comprar “permissões de emissão” compatíveis com o conteúdo de carbono incorporado ao produto. Na prática, esta avaliação caberá às autoridades estadunidenses, que determinarão o montante de permissões necessárias para a importação de cada produto. Quanto carbono é emitido para produzir uma tonelada de papel na China? E uma tonelada de compostos metálicos na Índia? Faz diferença se o produto foi manufaturado por uma empresa ambientalmente eficiente, em um país cuja matriz energética é poluidora? Perguntas como estas deverão ser respondidas por lideranças políticas estadunidenses, que, em princípio, contarão com grande margem discricionária para fundamentar suas decisões.

É controversa a compatibilidade desse mecanismo de cap and trade com os tratados da OMC. A intenção dos legisladores foi conceber um mecanismo equiparável a uma “medida tarifária de ajuste na fronteira”, um “encargo equivalente a um imposto interno”, permitido segundo os termos do Art. II. 2 (a) do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês). De tal forma, o imposto deveria funcionar de maneira semelhante a impostos sobre o consumo, que podem ser deduzidos das exportações e cobrados nas importações, colocando, em cada mercado, os produtos importados e domésticos em condição de igualdade. Contudo, considera-se tal qualificação menos evidente do que desejariam os congressistas, visto que apenas tributos podem sofrer ajustes na fronteira⁵ e não resta clara a natureza jurídica de uma “permissão de emissões” à luz da jurisprudência da OMC.

Mesmo que sua natureza tarifária seja reconhecida, existiria uma incompatibilidade evidente entre tais medidas e a regra da “nação mais favorecida” (NMF). Ao sancionar importações de alguns países, mas não de outros, há um padrão de tratamento discriminatório, que posiciona os países não afetados em condição comercialmente vantajosa - a despeito de os EUA estarem obrigados a estender quaisquer vantagens comerciais a todos os Membros do GATT. Esta incompatibilidade poderia ser afastada se a OMC entender que não possam ser considerados “similares”, nos termos do Art. I do GATT, produtos que impliquem níveis distintos de emissões. Tal argumento não parece ser compatível com a tendência interpretativa do Órgão de Apelação, segundo a qual diferentes métodos de produção não afastam a similaridade de dois produtos, caso estes se encontrem em competição comercial direta em determinado mercado; o critério relevante quanto à “similaridade” é a concorrência dos produtos no mercado⁶.

Restam dúvidas se esta incompatibilidade estaria justificada pela exceção do Art. XX (g) do GATT, mas a negativa parece ser mais provável. Em primeiro lugar, seria difícil definir o real objetivo dessas medidas como a “conservação de recursos naturais exauríveis”, quando os discursos políticos apontam que sua concepção foi motivada pela garantia da competitividade da indústria doméstica. Em segundo lugar, a ocorrência de “discriminação arbitrária e injustificada”,

proibida pelo caput do Art. XX do GATT, dependerá do modo como as “permissões de emissão” serão relacionadas aos produtos estrangeiros.

Defensores da Lei Waxman-Markey argumentam que as potenciais incompatibilidades das medidas na fronteira com a legislação comercial estariam justificadas por seus benefícios ambientais. No entanto, há estudos que questionam estes benefícios: não apenas as medidas na fronteira falhariam em impedir o carbon leakage, como esse fenômeno aconteceria em proporções muito menores do que seus defensores afirmam. Jason Bordoff⁷ argumenta que as emissões estadunidenses provêm essencialmente de setores não influenciados pela atividade comercial, como transportes e moradia, em que não faz sentido supor fuga de empresas ao exterior. Destaca-se que o ambiente macroeconômico e a segurança jurídica dos países receptores constituem os fatores que mais influenciam o investidor. Por fim, a maior parte das importações estadunidenses de setores intensivos em energia provêm de outros PDs, cujos índices de emissão per capita são inferiores e as legislações ambientais, mais severas do que as dos EUA - condições em que não se aplicam os dispositivos da lei. Na ponta do lápis, ainda que o carbon leakage venha a atingir 10% das emissões dos EUA, os estudos afirmam que as medidas na fronteira conseguiriam evitar a fuga de apenas 2% desse total.

Além de contar com um questionável grau de eficácia para reduzir as emissões, teme-se que os dispositivos comerciais da Lei Waxman-Markey desencadeiem uma onda de retaliações contra exportações estadunidenses, a replicação de leis semelhantes em todo o mundo e a multiplicação de contenciosos ambientais na OMC. Ademais, frente a esse cenário, as expectativas para a conclusão de um acordo em Copenhague agravam-se, sob o risco de as negociações ficarem esvaziadas quanto ao seu conteúdo.

Defensores da Lei Waxman-Markey argumentam que as potenciais incompatibilidades das medidas na fronteira com a legislação comercial estariam justificadas por seus benefícios ambientais. No entanto, há estudos que questionam estes benefícios...

1 Em tradução literal, cap refere-se à limitação de emissões por meio da imposição de metas de redução; e trade diz respeito à criação de mercados de títulos de emissão de carbono entre fontes poluidoras.

2 Disponível em <<http://www.cbo.gov/ftpdocs/102xx/doc10262/hr2454.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2009.

3 Disponível em <http://www.southcentre.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1069&Itemid=11>. Acesso em: 16 set. 2009.

4 Disponível em: <<http://www.aei.org/docLib/Border%20Adjustment2.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2009.

5 Hufbauer, Gary, Charnovitz, Steve, Kim, Jisun. “Global Warming and the World Trading System”, p. 66.

6 Ver: WT/DS/135/AB/R.

7 Disponível em <http://works.bepress.com/jason_bordoff/16/>. Acesso em: 17 set. 2009.

Caso do algodão: reflexões sobre a eficácia da OMC no controle dos subsídios agrícolas

Adriana Dantas*

Em 31 de agosto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou decisão sobre o pedido brasileiro de autorização para retaliar os Estados Unidos da América (EUA), face à resistência deste país em cumprir as recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) no âmbito do contencioso do algodão. Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o laudo arbitral da referida disputa.

O contencioso do algodão (DS267) é paradigmático, na medida em que constitui o primeiro caso em que elementos centrais que conformam a política agrícola estadunidense foram questionados perante um tribunal internacional. Tais elementos incluem programas de apoio doméstico, subsídios à exportação e subsídios condicionados ao consumo ou à utilização de produtos domésticos, conhecidos como medidas de conteúdo local.

O intervencionismo agrícola estadunidense tem origem na década de 1930, quando, no contexto do New Deal, foram criados subsídios à produção de commodities específicas, os quais visavam a isolar os produtores nacionais dos indicadores de mercado. Esse longo histórico intervencionista é respaldado por um influente lobby ruralista que atua com êxito na manutenção de seus privilégios. A retirada desses privilégios impõe elevados custos políticos; daí a dificuldade de alterar o status quo. Na realidade, constata-se o aumento do volume do apoio e da proteção concedidos, a exemplo da última Lei Agrícola (Farm Bill) de 2008 e de outros mecanismos instituídos a nível federal, estadual e municipal.

O regime de regras da OMC foi criado com o objetivo de iniciar processo de reforma do comércio agrícola global, por meio da redução progressiva dos subsídios domésticos distorcivos, aliada à mudança do perfil desse apoio com a sua desvinculação da produção e do comércio.

No entanto, o caso do algodão demonstrou a inaptidão das regras vigentes para promover os ideais que justificaram sua criação. Destacam-se duas dimensões da ineficácia dessas regras: a primeira está relacionada ao método regulatório adotado no Acordo sobre Agricultura da (OMC); a segunda refere-se aos procedimentos de recurso.

Vários foram os obstáculos enfrentados pelo governo e pelo setor privado brasileiros ao longo desta controvérsia, que demandou esforço e investimento elevados durante nove anos. Os subsídios estadunidenses foram condenados em quatro oportunidades, e o laudo arbitral confirma a natureza e a gravidade das violações. De acordo com a decisão, o Brasil está autorizado a adotar contra-medidas (retaliações) em um montante composto por duas parcelas. A primeira corresponde a um valor fixo de US\$ 147,3 milhões ao ano, relativo aos subsídios que causam prejuízo grave na forma de supressão dos preços internacionais do algodão. A segunda constitui montante variável a ser calculado anualmente, com base nos dados relativos às exportações estadunidenses de produtos beneficiados pelo programa de garantias de crédito GSM-102.

O debate sobre a eficácia das regras é também relevante no contexto da retaliação, sobretudo quando o direito de impor contra-medidas será exercido por um país em desenvolvimento (PED) contra um parceiro comercial importante, como os EUA. Neste caso, há duas questões principais: (i) como evitar que a adoção de contra-medidas venha a prejudicar outros setores da indústria brasileira?; e (ii) como adotar mecanismos que acarretem dano material aos EUA e funcionem como meio de pressão para a redução e eliminação dos subsídios agrícolas?

A solução vislumbrada pelo governo brasileiro para lidar com a segunda questão foi pedir autorização para aplicar contra-medidas não apenas no âmbito do comércio de bens, mas também de serviços e propriedade intelectual (PI), alternativa conhecida como “retaliação cruzada”. Os árbitros acolheram o pedido brasileiro e determinaram que o Brasil terá o direito de aplicar tal retaliação cruzada sempre que o total de contra-medidas em determinado ano exceder valor calculado com base na variação das importações brasileiras provenientes dos EUA. Com base em dados parciais de comércio, o governo brasileiro estima que, em 2009, será possível retaliar em torno de US\$ 340 milhões nos setores de serviços e PI.

Esta decisão tem o efeito de fortalecer o mecanismo de solução de controvérsias da OMC, na medida em que confere maior vigor ao direito a ser exercido pelo Brasil. Reconhece, outrossim, a necessidade de atenuar as assimetrias entre países desenvolvidos (PDs) e PEDs que há muito caracterizam o sistema multilateral de comércio.

Ressalte-se, contudo, que a opção da retaliação cruzada não reduz os possíveis efeitos prejudiciais da adoção de contra-medidas sobre outros setores da economia brasileira que não estavam envolvidos no contencioso. A implementação do laudo constitui desafio para o governo brasileiro e implica custos políticos no processo de escolha do setor(es) e ou produto(s) objeto das contra-medidas.

Resta saber se as medidas adotadas serão instrumentos eficazes para combater o poder e a influência do estruturado lobby agrícola estadunidense. Esta é condição fundamental para reduções nos subsídios distorcivos ao comércio, motivo que justificou o início do contencioso em 2002.

* Adriana Dantas é advogada de King & Spalding LLP. Doutora em Direito pela USP, é autora do livro *Subsídios Agrícolas. Regulação Internacional* (2009).

Acesso da Rússia à OMC: uma história sem fim

Natalia Shpilkovskaya*

Em junho de 1997, Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia concordaram em dar continuidade separadamente ao processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC). Doze anos mais tarde, os líderes desses três países decidiram inverter por completo tal abordagem. Quais são as armadilhas por trás desta nova estratégia?

Não há dúvidas de que o pronunciamento de 9 de junho de Vladimir Putin, primeiro ministro russo, - de que Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão buscariam como união aduaneira uma nova estratégia para negociar sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) -, entrará para a história das relações comerciais internacionais destes três países. Contudo, é pouco provável que o registro deste feito reflita adequadamente os choques e equívocos que a proposta inédita de adesão gerou entre os parceiros comerciais destes países, bem como entre especialistas em assuntos da OMC. Não se trata somente do grau com que foram considerados aspectos legais e técnicos de tal decisão, mas também de qual será o impacto desta sobre as políticas comerciais futuras desses países com os Membros da OMC.

A tarefa estabelecida pelos líderes de Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia a seus negociadores comerciais não é fácil. Se, por um lado, a primeira parte - informar o secretariado e os Membros da OMC sobre “a intenção de iniciar negociações para a adesão da união aduaneira” - não apresentou dificuldades, a segunda - o início das negociações propriamente dito - exigirá consultas intensivas e desafiadoras, bem como decisões inéditas por parte dos Membros da OMC. Trata-se de um projeto complexo.

Muitas questões permanecem sem resposta

Em primeiro lugar, existem algumas questões fundamentais com relação ao funcionamento de tal união aduaneira e ao alcance do processo de integração. O Conselho Interestadual da Comunidade Econômica da Eurásia (EurAsEC, sigla em inglês) deverá aprovar em breve o esboço de tarifa externa comum da futura união aduaneira. Esta será aplicada a partir de 1º de janeiro de 2010 sobre bens importados por Bielorrússia, Cazaquistão ou Rússia de países terceiros. O estabelecimento da união aduaneira deverá ser finalizado por volta de julho de 2011. Deve-se concluir, portanto, que o processo de adesão da união aduaneira à OMC - o qual é, evidentemente, prioritário - não terá início antes de 2011?

Ademais, em algum momento, deverão ser tratadas questões relacionadas a órgãos supranacionais, bem como à natureza das relações políticas e econômicas da união aduaneira com países terceiros e organizações internacionais.

Outro tema importante refere-se à possibilidade de que a união aduaneira ingresse na OMC sob o Artigo XII.1 do Acordo Constitutivo. Esta cláusula define claramente que poderá aderir à OMC “[q]ualquer Estado ou território aduaneiro independente que desfrute de plena autonomia na condução de suas políticas comerciais exteriores e outras questões previstas neste Acordo e nos Acordos Multilaterais de Comércio”.

No histórico das acessões ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês) e à OMC, diversos “territórios aduaneiros independentes” foram bem-sucedidos, como nos casos de Taiwan, Ilhas Pescadores, Kinmen e Ilhas Matsu. No entanto, não existe precedente para a adesão de uma união aduaneira, e é improvável que os Membros da OMC queiram alterar a interpretação do Artigo XII.1 para satisfazer o pedido de Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia.

Caso a coalizão deseje ser considerada um “território aduaneiro independente” com o objetivo específico de ingressar na OMC, este deverá apresentar, nos termos do Artigo XII.1, plena autonomia na condução de todos os temas tratados no âmbito da OMC

- por exemplo, comércio de bens, serviços, direitos de propriedade intelectual, assim como temas sistêmicos.

De acordo com o texto do acordo de 1995 sobre o estabelecimento de uma união aduaneira entre Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia, o objetivo principal de tal união seria a remoção, entre os três países, de barreiras tarifárias e não-tarifárias aplicadas sobre bens. No entanto, o acordo não menciona comércio de serviços, propriedade intelectual e tampouco questões sistêmicas, de forma

... não existe precedente para a adesão de uma união aduaneira, e é improvável que os Membros da OMC queiram alterar a interpretação do Artigo XII.1 para satisfazer o pedido de Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia.

que tal união aduaneira não preencheria os requisitos do Artigo XII.1 da OMC.

Em segundo lugar, a decisão de modificar o formato de negociação levanta uma série de questões procedimentais. Particularmente, não está claro o que ocorrerá com as candidaturas isoladas de ingresso à Organização apresentadas anteriormente por estes países, bem como com os grupos de negociação encarregados desses processos de adesão. Será que Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia retirarão suas candidaturas originais e apresentarão à OMC uma candidatura formal como união aduaneira ou “território aduaneiro independente”?

Outro problema diz respeito às diferentes etapas em que se encontram os processos de adesão à OMC dos países que compõem a referida união aduaneira. A Rússia, por exemplo, já completou suas negociações bilaterais, com os demais Membros da OMC, em matéria de acesso a mercado para bens e serviços. O Cazaquistão, por sua vez, concluiu as negociações com alguns Membros da OMC e continua negociando com muitos outros. A Bielorrússia, por outro lado,

apresenta resultados muito mais modestos comparativamente a seus parceiros.

Os protocolos bilaterais sobre a conclusão das negociações são importantes porque consistem na base de preparação das listas de tarifas consolidadas para bens e serviços, ou seja, os compromissos vinculantes que compõem uma parte integral do protocolo de acesso à OMC. Cabe destacar que as condições mais

amplas de acesso a mercado acordadas por um país nas negociações bilaterais com Membros da OMC constituirão o compromisso aplicado a todos os países incorporados às listas de tarifas consolidadas. Nesse sentido, seria interessante saber qual dos três países negociou os compromissos com maior grau de liberalização nos setores de bens e serviços.

Com base no pedido de Vladimir Putin à ministra de desenvolvimento econômico, Elvira Nabiullina - sobre conservar os acordos conseguidos até o momento pela Rússia com seus parceiros comerciais durante o processo de adesão à OMC -, é possível que os líderes considerem que os compromissos da futura união aduaneira se basearão nos protocolos bilaterais negociados pela Rússia.

Por um lado, isto parece lógico - a Rússia é o país que mais avançou em suas discussões bilaterais. Por outro, os compromissos de Cazaquistão e Bielorrússia ainda poderão estipular termos com maior compromisso de liberalização de seus mercados em diversos casos. Será que a Rússia concordará em continuar liberalizando seus compromissos de acesso a mercado? Se este não for o caso, que tipo de compensação os Membros da OMC exigirão?

Além do mais, as complexidades técnicas associadas às potenciais negociações em nome da união aduaneira deverão ser cautelosamente avaliadas. O processo de adesão de um país requer bom funcionamento e trabalho coordenado entre diversos setores do poder executivo para que um mandato seja preparado e para que as decisões necessárias sejam tomadas rapidamente nas negociações. Desse modo, a acessão de três países em um único processo implicará aumento significativo no volume de trabalho nos níveis interno e externo (com os parceiros comerciais da união aduaneira).

Possíveis desdobramentos

Ficam então os desafios nos próximos passos desta busca pelo duplo objetivo de aprofundar a integração regional e avançar no processo de acessão à OMC.

Ao invés de paralisar o processo de adesão dos três países até 2011 - ou mesmo posteriormente -, é possível considerar seu prosseguimento de forma simultânea à busca pelo alinhamento dos níveis de compromisso dos três candidatos.

Segundo Maxim Medvedkov, principal negociador para a acessão da Rússia à OMC, os presidentes dos grupos de trabalho encarregados do processo de adesão dos três países devem decidir sobre o desfecho destas negociações nos próximos meses. O negociador russo afirmou esperar que, até o final deste ano, o avanço das adesões retome seu ritmo inicial.

Os líderes parecem buscar evitar o desperdício do trabalho realizado até o momento e, consequentemente, recomeçar outro processo do zero. De acordo com Medvedkov, os três países almejam manter os resultados das negociações já alcançados e os compromissos acordados. Nesse sentido, o novo rumo do procedimento concentrar-se-ia em preencher as lacunas deixadas anteriormente.

A OMC é uma organização governada por seus Membros, de modo que dependerá exclusivamente deles a decisão sobre como proceder em relação à proposta da união aduaneira. Mas será que é possível encontrar algum país - entre os candidatos à adesão ou Membros da OMC - disposto a voltar ao ponto de partida após 16 anos de árduas negociações sobre a adesão de Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia?

* Natalia Shpilkovskaya é editora do *Mosty*, periódico regional da série *Bridges* em russo.

Será que Bielorrússia, Cazaquistão e Rússia retirarão suas candidaturas originais e apresentarão à OMC uma candidatura formal como união aduaneira ou “território aduaneiro independente”?

O G-77 nas negociações climáticas: custos e benefícios de uma coalizão em desenvolvimento

A diversidade observada entre os membros de um dos principais fóruns de articulação Sul-Sul, o Grupo dos 77, agrega complexidade à formação de um posicionamento comum em matéria de mudanças climáticas. O presente artigo, integrante da série sobre os preparativos para a 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês) identifica os conflitos de interesse no âmbito do G-77, bem como a posição do Brasil neste contexto.

O G-77 foi criado em 1964, ao final da primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), com o objetivo de institucionalizar um fórum para o diálogo Sul-Sul. Por meio da articulação e promoção dos interesses econômicos comuns aos países em desenvolvimento (PEDs), o G-77 visava ao fortalecimento da capacidade de negociação frente aos países desenvolvidos (PDs).

Composto atualmente por mais de 130 Estados - além da China, como Estado observador -, o G-77 constitui a maior organização intergovernamental de PEDs no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Os principais fóruns junto aos quais o Grupo atua são: a UNCTAD, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, sigla em inglês), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, sigla em inglês) e a UNFCCC.

Atualmente, a liderança do Grupo cabe ao representante permanente do Sudão na ONU, Abdalmahmood Abdalhaleem Mohamad, que atua como porta-voz dos países do G-77 nos fóruns internacionais. Vez que há alternância regional - entre África, Ásia e América Latina - na liderança do Grupo, em 2010, o G-77 passará presidido por um país asiático.

Os blocos dissonantes no âmbito do G-77

Às vésperas da 15ª Conferência das Partes (COP-15) da UNFCCC, cabe ao G-77 o desafio de conciliar os interesses conflitantes de seus membros. Tais conflitos decorrem, sobretudo, da heterogeneidade do Grupo, que congrega nações em estágios distintos de desenvolvimento e com diferentes níveis de emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

É possível identificar a existência de, pelo menos, quatro subdivisões no interior do Grupo frente às negociações para a COP-15. O primeiro é formado por PEDs de maior porte econômico, como África do Sul, Brasil, China e Índia. Essa condição coloca-os em posição dúbia na COP-15. De um lado, a maior capacidade de barganha desses países perante os PDs favorece o exercício de liderança nas negociações climáticas. De outro, é justamente em decorrência do maior grau de desenvolvimento econômico, que tais países figuram

entre os maiores emissores de GEEs dentre os PEDs, o que os coloca no centro das pressões de PDs para que assumam compromissos específicos de redução de emissões (ver Pontes Bimestral, Vol. 5, No. 3).

O segundo subgrupo corresponde aos países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Estes recusam a definição de metas de redução de emissões específicas aos PEDs, haja vista a centralidade do petróleo em suas economias. Por exemplo, a Arábia Saudita, a nação mais próspera e dependente do recurso, lidera os esforços para coibir, de modo geral, a aprovação de acordos prejudiciais à indústria petrolífera. Embora os países emergentes sejam, em geral, mais favoráveis à mudança dos parâmetros de produção energética do que os membros da OPEP, o denominador comum é o rechaço a compromissos formais de redução.

No G-77, destacam-se, ainda, os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) e a Associação dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS, sigla em inglês), subgrupos que, em razão de sua vulnerabilidade frente às mudanças climáticas, desejam o maior compromisso possível da comunidade internacional nos esforços de mitigação e adaptação. Os PMDRs constituem majoritariamente nações do continente africano, que demandam não somente o financiamento para a redução das emissões, como também regras para a compensação de carbono e a transferência de tecnologia (ver Pontes Quinzenal, Vol.4, No.15).

Por sua vez, os países da AOSIS estão conscientes de que respostas tardias aos desafios ambientais podem ser fortemente prejudiciais a suas economias no médio prazo¹. Nesse sentido, além de concordar com os pleitos dos PMDRs, a AOSIS exige maior cooperação técnica dos PDs, em vista da situação de extrema vulnerabilidade enfrentada pelos países que a compõem.

As disparidades entre os subgrupos acima destacados ficou evidente nas duas últimas reuniões de Bonn, Alemanha realizadas em junho e agosto deste ano. Nestas, o G-77 salientou a necessidade de um quadro de obrigações pautado nas responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Em declarações avulsas, a AOSIS exigiu compromissos bastante específicos no

que concerne às emissões de GEEs: até 2020, 45% de redução em comparação aos níveis de 1990, e mais de 95% de redução nas emissões até 2050. Os PMDRs e o Grupo África foram menos ativos e não apresentaram propostas definidas. Dentre os países com maior desenvolvimento no grupo, a China apresentou a proposta de redução mais ambiciosa: 40%, com ano-base 1990.

Em agosto passado, o foco da reunião foram as medidas de mitigação para PEDs, no contexto das reformas necessárias à instituição de uma economia de baixo carbono. Poucos avanços foram registrados e não se pode constatar, em vista dos documentos oficiais, a existência de um diálogo amplo nessa temática entre os membros do G-77.

Os desafios para o G-77 em Copenhague

Tradicionalmente, o posicionamento adotado pelo G-77 no âmbito das negociações climáticas desenvolveu-se em torno do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, o qual consta do artigo 3.1 da UNFCCC². Esse princípio procurou reconhecer as diferenças históricas na contribuição de PDs e PEDs aos problemas ambientais enfrentados pela comunidade internacional, levando em conta as capacidades técnica e econômica dos PEDs para lidar com estes problemas. O princípio promove a igualdade substancial entre os países, do que decorre o comprometimento apenas gradual dos PEDs às obrigações ambientais. O Protocolo de Quioto reconheceu esse princípio ao atribuir compromissos de redução de emissões para o período 2008-2012 somente a PDs, os quais se encontram especificados no Anexo I do documento.

Desde a assinatura do Protocolo de Quioto, em 1992, entretanto, muitas mudanças ocorreram no cenário geopolítico e no reconhecimento do status de “países em desenvolvimento”. Em decorrência disso, no contexto da UNFCCC, hoje, os PDs pressionam economias emergentes como Brasil, China e Índia para que assumam maiores compromissos multilaterais em matéria de mudanças climáticas. Contudo, na qualidade de grupo de única voz nessas negociações, os membros do G-77 recusam tal proposta ancorados no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Especialistas sugerem que a heterogeneidade política e econômica cada vez maior entre os membros do Grupo acaba por torná-lo ineficaz na condução de seu principal objetivo: a representação do mundo em desenvolvimento. Isso tem ficado um pouco mais evidente nas negociações climáticas, em que, de modo geral, os posicionamentos do G-77 nas COPs contêm declarações genéricas.

Apesar da condenada superficialidade do entendimento comum esposado pelos membros do G-77, o grupo ainda se mostra essencial para muitos dos PEDs, na medida em que confere maior força aos seus interesses. No caso da AOSIS e dos PMDRs, o G-77 atribuir visibilidade internacional aos seus problemas internos. Para os países emergentes, o pertencimento ao Grupo permite a manutenção de seus vínculos com o mundo

em desenvolvimento, o que implica a assunção de obrigações multilaterais mais brandas. Ademais, o argumento de que representam os PEDs confere tom de maior legitimidade às decisões do Grupo.

No que diz respeito ao Brasil, o alinhamento ao G-77 constitui objeto de controvérsia. Para Eduardo Viola, a continuidade da aliança com o Grupo consiste em erro estratégico. Viola também acredita que, além das dificuldades de obtenção de consenso no bloco, a coalizão não condiz com o status do Brasil na seara das mudanças climáticas, na medida em que o país dispõe de mais condições para realizar a transição para uma economia de baixo carbono.

Em contraste, o ministro André Correa do Lago, chefe da Divisão de Energia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), sustenta que o principal fator explicativo da permanência do Brasil no grupo extrapola os interesses imediatos. Segundo Lago, a solidariedade com os países do grupo proporciona amplitude para as demandas, que são feitas em conjunto ou por meio dos subgrupos. Lago alerta também para o fato de que, em uma perspectiva mais ampla, o alinhamento ao Grupo assegura a posição do Brasil como PED, ou seja, como país que ainda requer tratamento diferenciado do ponto de vista dos compromissos ambientais e comerciais.

Ainda, de acordo com lideranças políticas brasileiras, a opção pelo posicionamento isolado nas negociações de mudanças climáticas implicaria riscos de esvaziamento do discurso pró-desenvolvimento do Brasil, nos vários fóruns internacionais, a exemplo do que ocorreu com o México quando de sua adesão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e afastamento do G-77. Ademais, como sustenta Sérgio Serra, embaixador brasileiro extraordinário para a mudança do clima, “as discussões da Convenção do Clima são mais centradas em grupos negociadores do que em países individuais”.

Apesar das contradições, as perspectivas para o G-77 no âmbito das negociações climáticas da COP-15 parecem mais promissoras se comparadas às dos PDs. À exceção da União Europeia (UE), que detém capacidade significativa de articulação com seus membros, os demais PDs encontram-se relativamente isolados nas discussões climáticas. Com o fracasso, em julho deste ano, do encontro do G-8, que pretendia firmar um acordo pré-Copenhague, o momento pode ser mais propício para a atuação do G-77 - ainda que, no lugar de um discurso consoante, vozes dissonantes pareçam predominar.

1 Relatórios publicados no decorrer dos últimos anos fornecem esse parecer. Um dos estudos mais significativos é o da UNFCCC intitulado Vulnerabilidade e Adaptação a Mudanças Climáticas nos Pequenos PEDs Insulares. Disponível em: <<http://www.sidsnet.org/aosis/issues.html>>. Acesso em: 3 out. 2009.

2 “As Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras da humanidade com base na equidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades. Em decorrência, as Partes países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos negativos”.

Do local ao global: definição, regulação e circulação do lixo ao redor do mundo

* Yvonne Ewang

O assunto do lixo voltou a receber atenção internacional quando 89 contêineres de resíduos mistos, trazidos do Reino Unido ao Brasil, tiveram de ser re-importados para depósito adequado. O lixo afeta todos os aspectos da vida, mas em que ele realmente consiste? Quando algo pode ser considerado “lixo” no direito internacional? Quais regras são aplicadas? Na atual interconexão entre as economias, nenhum país está imune a problemas relacionados a resíduos. Por essa razão, soluções locais, regionais e globais são necessárias.

Não existe uma definição universalmente aceita de lixo. Em parte, isso ocorre pelo fato de que o que alguns consideram eliminável pode ser aproveitável para outros. As abordagens nacionais variam; certos produtos químicos são nocivos apenas em algumas circunstâncias, muitos resíduos são compostos por diferentes substâncias e podem conter somente pequenas frações de compostos tóxicos. As definições de lixo diferem no ordenamento doméstico das nações, nos regulamentos de organizações de integração regional e econômica e nas regras internacionais. Provavelmente, a definição mais aceita é a da Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotada em 1989, uma das convenções com maior número de ratificações (172 Partes, 90% das nações). Essa Convenção regula o transporte de resíduos perigosos e comuns entre os países e define “resíduo” como: “substâncias ou objetos, cujo depósito se procede, se propõe proceder-se, ou se está obrigado a proceder-se em virtude do disposto na legislação nacional”. Esse conceito pode ser encontrado em muitas definições nacionais para resíduo. As operações de depósito, segundo a Convenção, incluem recuperação de recursos, reciclagem, reaproveitamento ou reutilização direta, ao passo que outras definições consideram que o depósito inclui apenas a noção de “depósito final.”

A Convenção utiliza um sistema complexo de Anexos para designar resíduos controlados e recorre a leis nacionais para conceituar resíduos perigosos e outras modalidades. Os Anexos contêm listas detalhadas de resíduos aos quais a Convenção pode ser aplicada, além de definir e arrolar:

- (i) categorias de resíduos (resultantes de atividades como cuidados médicos, indústrias fotográficas etc);
- (ii) resíduos com componentes específicos (cádmio, chumbo, arsênico, etc); e
- (iii) características nocivas que representem perigo devido ao impacto de tal(is) substância(s) ou de suas misturas, incluindo potencial de explosão e a produção de gases inflamáveis ou tóxicos.

A depender das características perniciosas em sua composição, determinados resíduos são considerados perigosos. Se a legislação nacional define um dejetos como “perigoso” e o país notifica esse fato ao Secretariado da Convenção (sediada em Genebra, Suíça), esse resíduo será tratado como tal para qualquer transporte envolvendo aquela nação.

Tanto os resíduos como as características perigosas possuem códigos que facilitam sua classificação. Estes são utilizados em documentos que devem acompanhar cada carregamento de resíduo que transpõe as fronteiras, auxiliando oficiais da alfândega e das fronteiras a identificar os diferentes tipos de resíduos, bem como o tráfico ilegal de lixo.

Em razão da complexidade das regras e das inter-relações entre as variadas fontes de conceituação de resíduos nocivos, a definição da Convenção está sujeita a alterações conforme o país. Ademais, os avanços tecnológicos resultam na criação de novas categorias de resíduos - a exemplo da nanotecnologia e biotecnologia, áreas em que as propriedades e os efeitos perigosos dos componentes não são completamente conhecidos.

Além da Convenção da Basileia, dois instrumentos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lidam com os aspectos centrais do ciclo de vida de alguns compostos químicos. A Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (2001) busca reduzir e eliminar resquícios de grupos perniciosos de compostos químicos que se acumulam no meio ambiente e nos organismos humano e animal. Em segundo lugar, a Convenção de Roterdã sobre Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos (1998) ajuda os governos a decidir sobre a admissibilidade de importações de determinados químicos nocivos, ou a recusa de tais importações caso não sejam capazes de transportá-los com segurança. Ambas as convenções estão relacionadas de forma próxima com a Convenção da Basileia, entretanto, lidam com os produtos químicos antes do término de sua vida útil.

Outros dois sistemas regulatórios que impactam de forma significativa os movimentos transfronteiriços de resíduos são os sistemas de controle estabelecidos pela União Europeia (UE) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ambos definem resíduos nos moldes da Convenção da Basileia.

Por que o lixo é relevante para o comércio e o desenvolvimento sustentável?

Partindo do princípio do manejo ambiental (conhecido por ESM, na sigla em inglês) dos resíduos perigosos, o principal objetivo da Convenção da Basileia é proteger, por meio do controle estrito, a saúde humana e o meio ambiente contra os efeitos adversos de resíduos perigosos e de outros tipos.

O impacto da falta de manejo ambiental dos resíduos nocivos sobre o desenvolvimento sustentável é bem documentado. Por exemplo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou, em 2007, que condições sanitárias e de higiene precárias constituem apenas um dos dois fatores de risco ambiental, responsável por mais de 10% das mortes em 23 países.

A Convenção da Basileia evidentemente reconhece que nem todo o comércio de resíduos causa efeitos adversos e que, portanto, o comércio é permitido, desde que sob controle estrito. O comércio internacional de resíduos não-perigosos representa uma importante fonte de matéria-prima para a indústria em muitos países desenvolvidos (PDs) e em desenvolvimento (PEDs), por exemplo.

Regulação para transporte de resíduos

As Partes da Convenção da Basileia adotaram uma emenda à Convenção que proíbe a exportação de resíduos dos países mencionados no Anexo VII para depósito final em nações que não constem neste Anexo. Embora esta disposição ainda não tenha entrado em vigor, a OCDE e a UE adotaram regras similares. As importações e exportações de resíduos para reaproveitamento no âmbito da OCDE são objeto de controle estrito; permite-se o comércio de materiais recicláveis de forma ambientalmente segura. A exportação de resíduos nocivos e comuns, de países membros da OCDE para não membros, para fins de depósito é proibida, exceto nos casos especificados na “Lista Verde”. As regras da UE também banem as exportações de resíduos nocivos para depósito final da UE para países que não participem da Associação Europeia de Livre Comércio (Regulamentação No. 1013/2006, de 4 de junho de 2006, sobre carregamentos de resíduos).

O sistema da Convenção da Basileia regulamenta os resíduos de duas maneiras (de forma similar à UE e à OCDE). Em primeiro lugar, no movimento transfronteiriço de resíduos são necessários a notificação prévia e o cumprimento dos procedimentos de consentimento prévio. As exportações para países que não sejam membros da Convenção são proibidas na ausência de um acordo que estabeleça um nível equivalente de controle ao da Convenção. O tráfico ilegal é considerado crime e os Estados membros devem introduzir legislação nacional adequada para prevenir e punir o transporte irregular. Esse procedimento foi evidenciado no caso entre Brasil e Reino Unido, em que ações civis e criminais foram movidas contra os envolvidos (o Brasil impôs multas às empresas implicadas e três mandatos de prisão foram emitidos no Reino Unido).

Em segundo lugar, todos os resíduos devem ser manejados de modo ambientalmente adequado. Isso significa tomar todas as medidas práticas para garantir que os resíduos sejam tratados de maneira a proteger a saúde humana e o meio ambiente.

A realocação da infra-estrutura de depósito e a crescente necessidade do uso de resíduos como matéria-prima em PEDs contribuíram significativamente para o aumento de carregamentos transfronteiriços de resíduos desde a década de 1990. Assim, um sistema de controle efetivo é crucial para garantir proteção à saúde humana e ao meio ambiente, bem como para permitir o comércio de resíduos com manejo ambiental adequado e o acesso a essas matérias-primas. As consequências da implementação inadequada de sistemas de

controle são evidentes. A título de exemplo, o caso da Costa do Marfim em 2006, quando o tráfico ilegal e a não observância da Convenção da Basileia geraram prejuízos, adoecimentos e alguns óbitos no país.

Circulação global de resíduos

As informações coletadas pelo Secretariado da Convenção incluem os relatórios nacionais, anualmente submetidos pelos Estados Partes. Estes documentos oferecem um panorama sobre o cumprimento do tratado e permitem vislumbrar a circulação dos resíduos no âmbito global. Infelizmente, ainda há dificuldades na sistematização desses dados, na medida em que as definições e categorias diferem de país para país e que alguns PEDs encontram dificuldades técnicas para se reportarem ao Secretariado.

Estimativas a respeito da circulação de resíduos apontam que 10% dos resíduos nocivos gerados globalmente são despachados além das fronteiras nacionais, sendo que a maior parte dessas remessas parte dos países da OCDE. Não obstante, apesar de o mundo industrializado produzir a maior parte dos resíduos (algo em torno de 90%), essa realidade está mudando com a rápida industrialização nos PEDs.

Dados recentes da UE indicam que, em 2003, 55 milhões de toneladas de lixo pernicioso foram produzidas no bloco europeu, das quais 15% cruzaram as fronteiras europeias. Cerca de 80% desses resíduos foram exportados para recuperação, ao passo que 20% tiveram por fim o depósito.

Apesar de os dados indicarem que quase nenhum carregamento de resíduos perigosos foi enviado de PDs para PEDs para depósito final, essa situação é muito diferente ao se considerar resíduos não nocivos ou restos de metais e plásticos. De fato, a maior parte das exportações envolve produtos com potencial irrisório para reciclagem ou reaproveitamento - desses, restos de papéis e metais são os principais, respondendo por 8 e 10 milhões de toneladas de lixo, cada um, respectivamente.

Infelizmente, em virtude das diversas definições de lixo, dos diferentes sistemas de transmissão de dados, das dificuldades de rastreamento e supervisão da circulação, números definitivos sobre os movimentos transfronteiriços de resíduos raramente são encontrados. O controle sobre a circulação global de resíduos torna-se ainda mais complexo por causa da sobreposição de conceitos entre reciclagem e descarte.

A menos que a capacidade doméstica de rastrear, monitorar e lidar apropriadamente com resíduos seja fortalecida, assegurando monitoramento global e gerenciamento adequado, os riscos ao meio ambiente e à saúde humana tendem a crescer. A Convenção da Basileia comemora seu vigésimo aniversário em 2009. Por que não aproveitar essa oportunidade para esclarecer assuntos chave, de modo a aumentar o manejo ambiental dos resíduos e a proteger a saúde humana e o meio ambiente? A consciência pública quanto a esses temas sensíveis aumentou consideravelmente em anos recentes e talvez seja agora o momento para se tomar um passo definitivo em direção a atitudes internacionais nesse campo essencial.

* Yvonne Ewang é consultora legal associada do Secretariado da Convenção da Basileia.

O dólar como moeda internacional de referência: é possível sua substituição?

Henri Kistler*

É crescente o debate em torno da possibilidade de criação de uma cesta de moedas de países emergentes, de modo a substituir o dólar como moeda internacional de referência. Este artigo analisa a situação do dólar nas reservas mundiais, no comércio internacional e nos arranjos de pagamento em moeda local e conclui que a medida referida acima não parece provável no curto prazo por razões técnicas.

Em julho de 1944, foram assinadas as Declarações da Conferência de Bretton Woods, as quais definiram os rumos da nova ordem econômica global após a segunda guerra mundial. Entre as principais decisões, destaca-se a criação do padrão ouro - sugerida pelos Estados Unidos da América (EUA) -, por meio do qual os países se comprometiam a manter uma política em que suas moedas não flutuassem mais de 1% em relação ao ouro. A partir desta idéia, o dólar - que seria livremente conversível em ouro ao valor de US\$ 35 por onça - seria transformado em moeda de comércio e de reserva internacionais. Finalmente, criava-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), que emprestaria para os países com saldo negativo no balanço de pagamentos e sem reservas suficientes para cobri-lo.

Contudo, este padrão não poderia durar para sempre. A inflação acumulada em muitos anos derruba a cotação nominal de qualquer moeda em relação ao ouro. Ressalte-se que atualmente são necessários US\$ 1.000 para comprar uma onça de ouro. A queda do sistema foi finalmente determinada pela passagem dos EUA de um superávit de US\$ 2,1 bilhões, em 1970, para um déficit de US\$ 2,7 bilhões, em 1971. Em uma situação de livre flutuação, sucessivos déficits desvalorizam a moeda. Dessa forma, o presidente Nixon em agosto de 1971 eliminou a conversibilidade acordada em Bretton Woods, desvalorizando o dólar em 8%.

Mesmo assim, de lá para cá o dólar manteve-se como moeda de referência internacional, em razão de dois principais fatores: o uso em reservas internacionais e o volume de comércio dos EUA. Não é à toa que estes dois conceitos são utilizados para o cálculo do Direito Especial de Saque (SDR, sigla em inglês) do FMI, "moeda virtual" cuja recomposição de 2005 passou a apresentar 44% de dólares, 34% de euros, 11% de yenes e 11% de libras esterlinas.

O dólar ainda impera como reserva internacional. Em 1975 - portanto, após o fim da conversibilidade - estimava-se que 80% das reservas dos diversos países se encontravam em dólar. Em 2005, este valor passou para 66% e atualmente, para 64%. Vale ressaltar que boa parte dessa queda se deve mais à desvalorização do dólar (16% sobre uma cesta de moedas no período) do que a uma efetiva troca nas reservas internacionais.

Quanto ao comércio, é nítida a queda da participação dos EUA no total mundial; todavia, o país permanece como o principal exportador (ainda que seguido de perto da China), mas ainda constitui o principal importador, como pode ser visto nos gráficos abaixo.

Gráfico 1 - Participação nas exportações mundiais

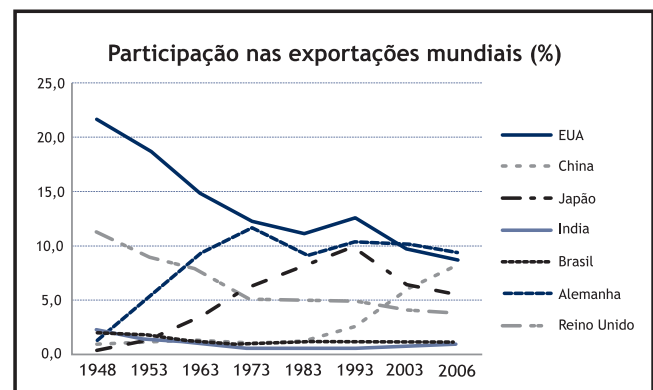
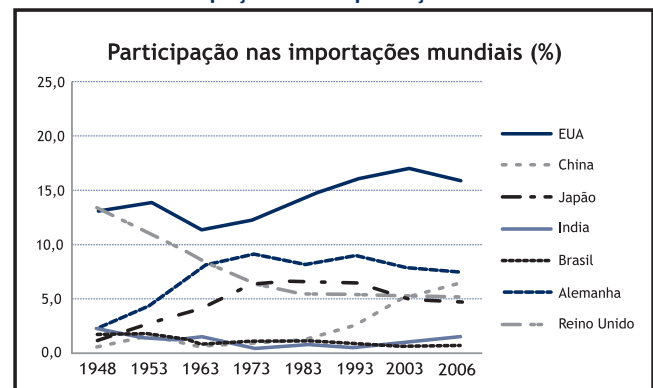


Gráfico 2 - Participação nas importações mundiais



Fonte: OMC

É importante frisar que, mesmo no comércio em que os EUA não estão diretamente envolvidos, ainda impera o uso do dólar, em grande parte porque este constitui moeda de referência para reservas internacionais e pela liquidez dos títulos estadunidenses.

Se tomarmos por base os gráficos, parece nítido que o yuan poderia compor a cesta de moedas do FMI. Contudo, a moeda chinesa não é livremente conversível: sua cotação é administrada pelo governo chinês, o que impede sua livre flutuação, condição primordial para que o yuan seja futuramente classificado como livremente utilizável pelo FMI e faça parte da cesta que compõe o SDR.

Arranjos de pagamento em moeda local

É possível minimizar o uso do dólar em redes de comércio bilateral ou mesmo multilateral, e isto é particularmente interessante em épocas de enxugamento da liquidez internacional, como observado recentemente.

A afirmação acima fica evidente no caso Brasil-Argentina. Entre 1999 e 2008, o Brasil exportou para a Argentina o equivalente a US\$ 85 bilhões e importou US\$ 72, gerando um fluxo de pagamento em dólares de US\$ 157 bilhões. Mas seria possível desenvolver um arranjo em que apenas o valor líquido da diferença (no caso, US\$ 13 bilhões) poderiam ser efetivamente transferidos de um país ao outro? A resposta é sim. Em 2006, os presidentes dos Bancos Centrais e ministros da Fazenda do Brasil e Argentina assinaram um Memorando de Entendimento nesse sentido. Ainda, não é o tipo de arranjo desenvolvido facilmente.

O primeiro passo foi aceitar que as exportações brasileiras fossem recebidas em outras moedas além do dólar, inclusive o próprio real - note-se que até hoje o Brasil não aceita sua própria moeda para a maioria dos pagamentos internacionais. Ainda, é preciso monitorar e intervir para evitar o ganho de arbitragem na triangulação de moeda, o que exige manter uma cotação real/peso em linha com real/dólar-dólar/peso. É necessário ainda certo volume de comércio para dar liquidez ao sistema e, portanto, esse tipo de arranjo bilateral não é facilmente extensível a países com baixo volume de trocas internacionais.

Outra dificuldade - talvez a principal - é assegurar o arcabouço técnico e legal para que ambos os bancos centrais aceitem as moedas dos outros países, as quais, por sua vez, farão parte de suas reservas. Somente em agosto de 2009, três anos após o memorando de entendimento, definiu-se que o Banco Central do Brasil colocará à disposição da Argentina R\$ 3,5 bilhões e, em troca, a Argentina disponibilizará 7 bilhões de pesos (cerca de US\$ 1,8 bilhões para ambos os lados). Finalmente, vale notar que, por enquanto, mesmo sendo possível o uso de moeda local, os exportadores brasileiros e argentinos continuam usando preferencialmente o dólar na corrente de comércio bilateral.

Os arranjos de pagamentos multilaterais também são possíveis. Um caso que funciona razoavelmente bem há alguns anos é o Convênio de Crédito Recíproco (CCR), criado em 1982. Dele participam doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Na prática, o CCR constitui um sistema de compensação de pagamentos. Logo após o encerramento de cada período de compensação (quadrimestre), somente se transfere ou se recebe o saldo global do banco central de cada país perante os demais, compensação esta feita em dólares. Novamente, para um sistema como esse são necessários diversos arranjos legais e técnicos. No caso específico, há garantias recíprocas de conversibilidade (conversão imediata para dólares dos EUA dos pagamentos efetuados por suas instituições em moeda local), de transferibilidade (remessa dos dólares correspondentes aos pagamentos efetuados) e de reembolso (aceitação irrevogável dos débitos que lhes forem imputados sob o Convênio).

Considerações finais

Atualmente, comenta-se muito a respeito da criação de uma cesta de moedas de países emergentes, que contenha, por exemplo, reais, rublos (Rússia), rúpias (Índia), rands (África do Sul) - os "4 Rs", que possuem flutuação de mercado, e os yuanes (China), que não a possuem. Contudo, por enquanto isso não tende a ocorrer por razões técnicas. Primeiramente, países como o Brasil requerem que os títulos de suas reservas internacionais sejam predominantemente de risco AAA, o que ainda não ocorre com os títulos dos países emergentes.

Segundo, porque a criação da referida cesta de moedas implicaria um risco cambial adicional, na medida em que as moedas de países emergentes são mais voláteis que as internacionalmente aceitas. Terceiro, por uma questão de liquidez. Os títulos em dólares e euros são líquidos internacionalmente, característica importante na hora de vender reservas. Quarto, o volume de comércio entre estes países ainda é relativamente baixo, o que talvez justifique a adoção de, no máximo, arranjos bilaterais, por exemplo, entre Brasil e China - se os chineses se interessarem em ter reais em suas reservas. Por outro lado, como o câmbio é controlado na China, manter yuanes em reserva implica um risco de se sujeitar às vontades das autoridades chinesas quanto ao valor de sua moeda.

Comenta-se também em trocar o padrão dólar por uma cesta de moedas similar ao SDR. Curiosamente, a idéia não é nova. Durante a conferência de Bretton Woods, essa idéia foi apresentada por John Keynes, representante do Reino Unido, mas foi sobrepujada pela proposta do padrão ouro/dólar, de Dexter White. Vale notar que Keynes propôs a criação de uma central de liquidação internacional, a ICU (sigla em inglês para International Clearing Unit). Em linhas gerais, a ICU emitiria uma "moeda de intercâmbio", o bancor, que poderia ser livremente convertido em qualquer outra moeda. Os países com superávit comercial poderiam acumular bancors em suas reservas, as quais renderiam juros; os demais poderiam tomá-los emprestados, de modo que o saldo líquido dessa moeda fosse nulo. Este mecanismo permitiria de fato a solução de um dos problemas que persistem até hoje: países com déficits comerciais sucessivos - à exceção dos EUA, que se financiam em sua própria moeda e outros países desenvolvidos que dispõem de credibilidade para financiamento a longo prazo -, experimentam desvalorização cambial, e em um jogo de ovo e galinha, o mercado financeiro não os financia a longo prazo exatamente por não poder mensurar este risco. Assim, muitos países procuram acumular moeda forte por meio de exportações, pois reservas internacionais elevadas são sinal de solidez macroeconômica, e proporcionam equilíbrio no preço da moeda local.

Vale notar ainda que, como a soma das exportações e importações mundiais é zero, os países que adotam esta estratégia só podem acumular reservas mediante déficit comercial alheio (notadamente, estadunidense). Não obstante, a perdurar a situação de déficit comercial, a tendência é a desvalorização do dólar. Vale frisar, porém, que isto não interessa a muitos países, especialmente aos chineses, na medida em que suas reservas trilionárias em dólares poderiam sofrer fortes perdas reais. Note-se, finalmente, que os chineses procuram diversificar suas reservas não por meio de títulos de países emergentes, e sim, incentivando investimentos chineses no exterior, o que aliás, em conjunto com a idéia de fundos soberanos, é ótima estratégia para países que já possuem um nível de reservas elevado.

Respondendo à pergunta inicial deste artigo, não acredito em uma troca nos próximos anos do padrão dólar, pois é ainda a moeda que o mercado e os próprios governos mais aceitam. Você leitor, o que escolheria? Ter US\$ 1000 ou o seu equivalente em rublos, rúpias ou yuanes? E se tivesse milhões para investir, o quanto colocaria em títulos de países emergentes? A longo prazo, porém, as incertezas existem.

* Henri Kistler, chefe da assessoria da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

1 N.E. Ver Pontes Bimestral, Vol. 5, No. 1, mar. 2009. Disponível em: <<http://ictsd.net/i/news/pontes/43383/>>.

Proteção de Indicações Geográficas: a experiência indiana

T.C. James*

Como a maior parte das pessoas do Mundo Antigo, desde tempos longínquos, os indianos se referem aos produtos pelos nomes de seu lugar de origem. Prevalece um senso comum de que os bens de certas regiões possuem qualidades e características distintas. No entanto, a proteção formal a tais produtos despontou apenas recentemente.

Historicamente, os compradores de carpa prateada preferem aquelas pescadas no rio Padma, situado na região oriental do subcontinente indiano. Da mesma forma, em construções, costuma-se optar por mármore do Rajasthan. O ato de associar certas qualidades de um produto ao nome de um lugar é especialmente comum no caso de têxteis e materiais de vestuário. Por exemplo, o local de fabricação constitui a referência mais comum para saris, peça comum da vestimenta indiana. A associação é tão próxima que, por vezes, a referência ao lugar substitui completamente o nome do produto e de seus similares. Assim, para o consumidor exigente, um Kancheepuram - se não associado a qualquer outro produto - refere-se a um sari Kancheepuram. Contudo, o esforço de estender a proteção legal a esses nomes é recente na Índia.

Após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) e, consequentemente, ao Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês), a Índia passou a explorar os meios para conceder proteção legal apropriada às indicações geográficas (IGs). O artigo 24(9) do TRIPS determina que os Membros não se obrigam a conceder proteção a IGs não protegidas no país de origem dos bens em questão. Contudo, caso esta proteção exista no país de origem, os Membros têm obrigação de estendê-la aos produtos dele importados. Esta provisão levou o governo indiano a investir esforços para proteger as IGs do país.

A Lei sobre Marcas Comerciais e de Mercadorias, de 1958, estipulou certo grau de proteção por meio de certificações de marcas. Porém, as provisões nele contidas não garantiam proteção a todos os produtores, uma vez que os proprietários das marcas podiam recorrer ao monopólio por cartelização.

Ainda sob esta legislação, outra forma utilizada para proteger as IGs consistia nas provisões contra imitação. Contudo, se tratava de um processo lento e complexo. Era necessário provar que o infrator havia tentado deliberadamente se aproveitar da reputação de um produto particular. O sucesso tampouco era garantido, como no caso da Associação do Whisky Scotch, que ganhou a ação em nível estadual, mas teve o resultado revertido pela Corte Suprema¹.

Após considerar as várias opções e rever o nível de proteção disponível para IGs em diferentes jurisdições do mundo, o governo indiano optou por uma legislação sui generis para disciplinar o tema. A Lei sobre Indicações Geográficas de Bens (Registro e Proteção), editada em setembro de 2003, estabelece um Registro de Indicações Geográficas e um Conselho de Apelação sobre Propriedade Intelectual, esse último com a função de apreciar recursos contra as decisões do primeiro.

A legislação apresenta uma definição ampla de IGs: “indicação que identifica bens agrícolas, naturais ou manufaturados como originários ou fabricados no território de um país, bem como em uma região ou localidade naquele território, na qual determinada qualidade, reputação ou outra característica deste bem é essencialmente atribuível à sua origem geográfica; e, nos casos de bens manufaturados, constituem bens em que uma das atividades de produção, processamento ou preparação ocorre em tal território, região ou localidade, conforme o caso”. Para afastar dúvidas acerca da abrangência do termo “bens”, o texto legal esclarece que artesanatos ou produtos alimentícios estão incluídos na definição.

A lei prevê, ainda, a criação de um sistema de registro por meio de pedido de inscrição. Diferentemente do que ocorre com outros direitos de propriedade intelectual, entretanto, o pedido deve ser realizado por uma associação de pessoas ou produtores ou, ainda, por uma entidade que represente os interesses dos produtores do bem em questão. Esta provisão fundamenta-se na noção de que as IGs não são desenvolvidas por um indivíduo, mas por uma comunidade em determinada localidade. O mesmo conceito está por trás das provisões que proíbem cessão, transmissão, licenciamento, penhora ou financiamento de qualquer direito decorrente do registro de uma IG. O período de proteção equivale a dez anos e é renovável indefinidamente.

O primeiro pedido de inscrição recebido pelo Registro de Indicações Geográficas foi feito em outubro de 2003 pelo Conselho de Chá da Índia e referia-se ao chá Darjeeling, cultivado desde o século XVIII, sob o clima das montanhas Darjeeling, no leste da Índia. Devido às condições climáticas e agrícolas da região, este chá possui um sabor peculiar. O pedido foi examinado por um grupo consultivo de juristas e especialistas técnicos, bem como das autoridades encarregadas do Registro de Indicações Geográficas. Após ser exposto a manifestações de oposição e terminadas as formalidades, o chá Darjeeling tornou-se, em 29 de outubro de 2004, a primeira IG registrada na Índia. Seguiram-se os registros do ikat Pochampalli (método de tecelagem) e do sari Chanderi, entre o final de 2004 e início de 2005.

A conscientização dos interessados é fundamental

A iniciativa de obter proteção de IGs para o ikat Pochampalli surgiu a partir dos esforços empreendidos pelas associações de indústrias e pelo governo estadual a fim de reavivar o setor têxtil em um grupo de vilarejos nas proximidades de Hyderabad, em Andhra Pradesh. Os esforços envolveram a

organização dos tecelões em duas associações (de acordo com a matéria-prima que utilizavam) e a introdução de diversos padrões, antes levar adiante o processo de candidatura. Etapas semelhantes foram seguidas no caso do sari Chanderi. A intenção primordial, em ambos os casos, foi a conscientização dos atores-chave.

Como a legislação era recente, o governo assumiu a iniciativa de informar a população sobre os dispositivos da Lei, bem como das vantagens de proteger as IGs da Índia por meio do registro. Um aspecto essencial consistiu na implementação de 107 programas de conscientização, em diversas partes do país - especialmente cidades e vilas pequenas -, atividades que contaram, principalmente, com a participação dos produtores.

A iniciativa mostrou-se frutífera: nos últimos cinco anos, o Registro de Indicações Geográficas recebeu 176 pedidos de inscrição, dos quais 106 foram aceitos. A maior parte dos pedidos (107) refere-se a produtos manufaturados, seguidos por bens agrícolas (44). O encaminhamento do processo tem sido metódico e em conformidade com os padrões judiciais. Até o momento, apenas dois recursos foram levados ao Conselho de Apelação sobre Propriedade Intelectual.

Sendo um país primordialmente agrícola, que conta com vasta diversidade social, cultural, e étnica, a Índia produz milhares de itens aptos a desfrutar de proteção de IGs. A variedade em artesanatos, produtos oriundos da tecelagem manual e bens alimentícios representa categoria substancial da pauta indiana que se enquadra no regime de proteção.

Benefícios do registro de IGs

Grande parte das 106 IGs já registradas refere-se a produtos têxteis e artesanais, duas áreas em que predomina a produção em pequena escala. Até o momento, a experiência em bens como o sari Chanderi e o ikat Pochampalli tem demonstrado que a proteção concedida colaborou para o desenvolvimento econômico do setor, aumentando significativamente o retorno dos produtores. Isso indica que a Índia deve seguir em seus esforços em busca de registrar todos os produtos passíveis de proteção por IG.

A inclusão dos produtos no Registro de Indicações Geográficas constitui, no entanto, apenas o primeiro passo para aproveitar o seu potencial econômico. O próprio procedimento apresenta problemas. Considerando que a maior parte dos produtores trabalha em pequenas unidades de produção, convencê-los a organizarem-se em associações para apresentar o pedido de registro consiste, por vezes, em tarefa árdua. É também necessário definir padrões e mecanismos de inspeção para garantir a qualidade dos produtos. Contudo, uma vez organizado, o sistema deve ser capaz de se autogerir.

O segundo passo corresponde ao desenvolvimento de estratégias de mercado apropriadas, em particular no que diz respeito às exportações, o que envolveria obter proteção para as IGs nos principais mercados mundiais. Neste ponto, novamente, os pequenos produtores encontram-se em desvantagem, já que não possuem recursos para contratar consultoria jurídica que avalie os sistemas legais de IGs dos mercados consumidores de seus produtos. Também, carecem de poder econômico para influenciar os mercados destinatários de forma a criar demanda.

Índia defende um regime de forte proteção a IGs na OMC

Uma vez que seus produtos mais competitivos não integram a indústria de vinhos e bebidas alcoólicas, a Índia continua a defender, perante o Conselho de TRIPS, que o nível de proteção concedido a estes produtos (nos termos do artigo 23(1) do acordo) seja estendido a quaisquer outros. O argumento indiano insiste que a existência de dois níveis de proteção distintos não faz sentido, além de não haver correspondência com os demais direitos de propriedade intelectual. O risco para as indústrias indianas de sofrer prejuízo pelo aproveitamento indevido da reputação de seus produtos equivale àquele enfrentado pela indústria de vinhos dos países desenvolvidos.

Destaca-se que as próprias negociações para um sistema multilateral de IGs aplicável a categorias de vinhos e bebidas alcoólicas estão em andamento. Não há, portanto, razão para restringir um sistema de registro internacional a vinhos e bebidas alcoólicas, enquanto há IGs em tantas áreas, como agricultura, manufatura e produtos naturais. Além de proteger os interesses dos consumidores, as IGs constituem uma ferramenta de mercado e, como tal, devem ser aplicadas de forma equitativa a todos os produtos, assim como ocorre com patentes e marcas registradas. A Índia tem defendido de forma consistente perante o Conselho de TRIPS a extensão do registro multilateral a todos os produtos. A restrição de produtos deixaria de contemplar os interesses e a realidade de outros países, como é o caso da Índia.

Além da Índia, na maior parte dos países em desenvolvimento (PEDs), a proteção legal das IGs tem histórico recente. Esses países precisam avaliar quais de seus produtos se adequam ao regime de IGs e empreender esforços para que sejam reconhecidos como tal, mediante alterações no Acordo de TRIPS. Com isso, os produtores domésticos e artesãos teriam ganhos econômicos, além da valorização de suas habilidades de raiz local - o que também resultaria em significativo ganho social. Desta forma, a proteção de produtos como artesanato, tecelagem e alimentos constitui importante ferramenta de preservação da cultura e do conhecimento tradicional. Provavelmente, os produtores necessitarão de ajuda do governo para desenvolver estratégias de mercado. O investimento no setor tem alto potencial de colaborar para o desenvolvimento da zona rural, onde ainda reside a maior parte da população dos PEDs.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges*, Vol. 13, N. 3 - set. 2009.

* T.C. James é ex-diretor da Divisão de Propriedade Intelectual do Departamento de Política Industrial e Promoção do Ministério do Comércio e da Indústria da Índia. O artigo é baseado em documentos e informações disponíveis ao público. As opiniões emitidas são do autor e não representam a posição do governo da Índia.

1 Khoday Distilleries Ltda. v. Scotch Whisky Association e outros. Dois casos semelhantes são: Dyer Meakin Breweries v. Scotch Whisky Association, e Scotch Whisky Association e outro v. Parvata Sahakar Shakar Karkhana Ltda.

As relações bilaterais entre EUA e Brasil, nas palavras do embaixador Antonio Patriota

Em entrevista ao Pontes, o embaixador do Brasil em Washington, Antonio Patriota, comenta os desdobramentos mais recentes de dois temas que se encontram na ordem do dia das relações bilaterais com os Estados Unidos da América (EUA): os debates em torno da reforma do Sistema Geral de Preferências (SGP) e a possibilidade de abertura de um painel contra a aplicação do método *zeroing* nas investigações *antidumping* contra o suco de laranja brasileiro.

As negociações do novo SGP consideram a possibilidade de ser criado um requisito específico para países em desenvolvimento (PEDs) “avançados”, como o Brasil. Sabe-se que, para continuarem a se beneficiar do SGP, estes países seriam pressionados para criar seus próprios programas preferenciais para Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs). Qual a probabilidade de aprovação de um novo regime do SGP nos EUA favorável ao Brasil? Como a embaixada tem acompanhado esse debate?

A renovação dos benefícios do SGP para os exportadores brasileiros tem sido tratada como tema prioritário pela Embaixada do Brasil em Washington. Os referidos benefícios expirarão em 31 de dezembro vindouro, e sua renovação está sendo discutida no Congresso dos EUA sob dois ângulos distintos. Por um lado, há um movimento de congressistas que busca alterar, de maneira significativa, o funcionamento dos programas preferenciais deste país. Trata-se de um processo de reforma e revisão desses programas que afetaria não somente o SGP, mas também os demais programas de preferência - entre esses, a título de exemplo, temos a Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA, sigla em inglês), a Lei de Crescimento e Oportunidade para a África (AGOA, sigla em inglês), a Oportunidade Hemisférica Haitiana através do inventivo à Parceria (HOPE-II, sigla em inglês). Por outro lado, há um grupo que procura manter o *status quo* dos benefícios, por meio de sua renovação, possivelmente com pequenos ajustes.

O SGP foi instituído em 1976, autorizado pela Lei de Comércio de 1974, por um período inicial de dez anos. Desde então, o programa vem sendo periodicamente renovado. A última renovação ocorreu no ano passado, pela qual se prorrogou o programa até o final deste ano. No início de 2009, a expectativa era de que fosse concluída, ao longo do ano, a reforma do programa que incluísse uma reavaliação (i) dos países beneficiários, (ii) da lista de produtos cobertos pelo tratamento preferencial e (iii) dos critérios e mecanismos de graduação de países e produtos. O termo “graduação” é aqui utilizado para descrever o momento a partir do qual países e produtos são considerados competitivos o suficiente para deixar de se qualificar para os benefícios do programa.

Todavia, tendo em vista as complexidades do tema e a pesada agenda legislativa no Congresso estadunidense, dificilmente essa reforma terá desfecho em 2009. O debate sobre o tema não parece estar no centro das prioridades da agenda do Congresso dos EUA, mesmo porque a reforma do sistema público de saúde tem consumido tempo e recursos, tanto no Senado quanto na Câmara, dificultando a discussão de outros assuntos.

Não obstante, já ocorreram alguns debates sobre a matéria, que permitiram identificar algumas posições de congressistas. Assim, cabe destacar a existência de um grupo que busca limitar - ou mesmo excluir - os benefícios para PEDs com maior grau de desenvolvimento, como Brasil e Índia. Na defesa da manutenção de seus benefícios, o Brasil tem-se valido dos seguintes argumentos principais: (i) o SGP beneficia empresas e consumidores dos EUA; (ii) a eventual exclusão dos benefícios para o Brasil não beneficiaria os PMDRs; e (iii) o SGP beneficia regiões menos desenvolvidas do Brasil.

No ano passado, 9% do total de exportações brasileiras para os EUA se beneficiaram do programa. O Brasil foi o terceiro maior beneficiário do SGP em 2008, com 11,2% das importações totais no âmbito do programa, atrás somente de Índia (16,15%) e Tailândia (14,3%). Os principais setores de exportação do Brasil, naquele ano, foram: máquinas e equipamentos elétricos; madeira e artigos de madeira; veículos automotores e partes e acessórios; máquinas e equipamentos mecânicos; plásticos e artigos de plástico; cobre e artigos de cobre; artigos de pedra; ferro e aço; peles e couro; e alumínio e artigos de alumínio.

O SGP é importante do ponto de vista do desenvolvimento regional. Existem inúmeros exemplos de empresas exportadoras, situadas em áreas mais pobres do Brasil, para as quais o benefício é essencial na manutenção de sua competitividade no mercado estadunidense. A título de exemplo, caberia citar alguns dos produtos cujas exportações com destino aos EUA dependem fortemente dos benefícios obtidos ao amparo do SGP: pó de cacau, proveniente do estado da Bahia, e para o qual o mercado estadunidense representa 37% da demanda; mangas frescas, provenientes do vale do São Francisco, no estado de Pernambuco, onde são gerados

cerca de 16.000 postos de trabalho ligados ao cultivo da fruta; confeitos, produzidos no estado do Rio Grande do Norte, onde as exportações para os EUA correspondem a 40% da produção; filme PET, proveniente do estado do Pernambuco, cuja produção gera cerca de 101.000 postos de trabalho; e cátodos de cobre, produzidos no estado da Bahia, que gera 17.900 empregos.

O SGP beneficia empresas e consumidores nos EUA. Em 2008, correspondeu a cerca de US\$ 102 milhões a economia com a isenção do pagamento de imposto de importação devido aos benefícios do SGP. Essa economia traduz-se em insumos mais baratos para a indústria dos EUA e bens finais mais acessíveis para seu mercado consumidor. Ademais, diversos insumos para a produção de automóveis nos EUA, por exemplo, são importados do Brasil via SGP, o que vem contribuindo positivamente para a competitividade do produto estadunidense frente a seus concorrentes europeus e asiáticos.

Outro tipo de argumento diz respeito à situação de competidores de terceiros mercados. Frequentemente, ouvem-se de congressistas estadunidenses menções ao fato de que PMDRs têm seu acesso ao mercado dos EUA prejudicado em função das concessões a outros países em desenvolvimento (PEDs) mais avançados, como o Brasil. Mas, na hipótese de exclusão do Brasil do programa, os maiores beneficiários seriam China e países desenvolvidos (PDs), como Alemanha, Canadá e Japão. Esses países figuram entre os maiores concorrentes na grande maioria das 1.717 linhas tarifárias exportadas pelo Brasil para os EUA ao amparo do SGP em 2008. Por sua própria estrutura produtiva, os PMDRs não produzem os mesmos bens que o Brasil.

O Brasil já anunciou a intenção de conceder preferências comerciais *duty-free*; *quota-free* para os PMDRs. Atualmente, o detalhamento dessa proposta está em discussão no âmbito do Governo e do setor privado. O Brasil também efetua reduções unilaterais que beneficiam os EUA. Em julho de 2008, significativa redução tarifária ocorreu em 461 linhas relacionadas a bens de capital e tecnologia da informação. Os EUA oscilam entre a primeira e segunda posição entre os maiores exportadores para o mercado brasileiro em 256 dessas linhas, o que demonstra a relevância desses movimentos unilaterais para os interesses estadunidenses.

Recentemente, o Brasil anunciou o início de um novo contencioso direcionado à prática do zeroing pelos EUA em suas investigações antidumping, desta vez quanto ao suco de laranja. Sabe-se que, mesmo condenados pelo Órgão de Apelação, os EUA se recusam a abandonar completamente esse método de cálculo. Que resultados concretos o Brasil pretende obter deste contencioso? Existe uma mensagem política a ser transmitida?

O Brasil espera que o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) condene

novamente a prática do *zeroing* e que os EUA cumpram a decisão. Ou seja, o Brasil pretende que o procedimento estadunidense seja alterado, de modo que as autoridades locais não possam mais recorrer a este método, que infla artificialmente a margem de *dumping*, resultando na imposição de direitos *antidumping* em excesso à margem real.

A referida prática já foi condenada pela OMC em outras oportunidades. A primeira decisão neste sentido foi proferida no ano de 2000, por painel estabelecido para o caso em que a Índia contestou a utilização do método pela União Europeia (UE), nas investigações *antidumping* sobre a importação de roupa de cama. Já naquela oportunidade, a OMC condenou a utilização do *zeroing* e, por conta disso, a UE abandonou a metodologia. Por sua vez, os EUA também já foram condenados diversas vezes pela adoção da prática, em disputas contra Japão (DS322), México (DS344) e UE (DS350; 294).

Em relação ao suco de laranja, é importante ressaltar que o produto brasileiro vem sendo objeto de tarifas *antidumping* para as exportações aos EUA desde 1987. No caso específico sob apreciação no OSC, as autoridades estadunidenses utilizaram o *zeroing* no cálculo da margem de *dumping* na investigação original, na primeira e na segunda revisões administrativas do processo. Em 2004, a indústria estadunidense solicitou nova investigação *antidumping* para sucos de laranja concentrado congelado e pasteurizado não concentrado, que teve início no ano seguinte. Em março de 2006, o procedimento foi concluído, e foram estabelecidas tarifas *antidumping* contra os exportadores brasileiros. Já no ano seguinte, dois exportadores brasileiros requereram revisão referente ao período de agosto de 2005 a fevereiro de 2007. Em agosto de 2008, foi publicada a decisão final da revisão, que confirmou a prática de *dumping* e aplicou margens sobre ambas.

Em relação à segunda revisão administrativa, em agosto de 2009, foram publicados seus resultados finais, referentes ao período de março de 2007 a fevereiro de 2008. Mais uma vez, o Departamento do Comércio determinou margem de *dumping* para uma empresa brasileira. É justamente neste contexto que o Brasil contesta a utilização do *zeroing* em três etapas do procedimento (investigação original, primeira e segunda revisões).

Em síntese, o caso do suco de laranja demonstra que as autoridades estadunidenses continuam a aplicar reiteradamente a prática do *zeroing*, ainda que a metodologia tenha sido condenada, por diversas vezes, pelo OSC no âmbito da OMC. Acrescente-se a isso o fato de que a tarifa de importação estadunidense para o suco de laranja equivale a cerca de 50% *ad valorem*. A despeito de o Brasil continuar a apresentar os menores custos de produção e ser o maior exportador de suco de laranja do mundo, nosso acesso ao mercado estadunidense - que é o segundo maior importador do produto - continua sendo dificultado injustificadamente.

O papel da agricultura brasileira nas mudanças climáticas

Luiz Fernando do Amaral*

O Brasil constitui uma grande potência agrícola mundial, com 75% de suas emissões relacionadas ao uso do solo (desmatamento e atividade agropecuária). Tendo isso em vista, não há dúvida de que tanto os desafios como as oportunidades para o país na temática de mudanças climáticas (MCs) concentram-se na área agrícola.

A agricultura, muitas vezes, é associada à imagem de vilã no que diz respeito às MCs, dado que é considerada uma das causas do desmatamento desenfreado. No entanto, iniciativas para desvincular a agricultura da destruição da floresta não faltam: metas de redução do desmatamento figuram no Plano Nacional sobre Mudança do Clima e constituem uma das principais demandas da Aliança Brasileira pelo Clima, lançada em setembro passado. O recente Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar proíbe qualquer expansão da cultura às custas de desmatamento.

Obviamente ainda existem desafios, como as emissões de metano na criação de bovinos. Porém, no tema das MCs, a tendência é de que os resquícios da face vilã da agropecuária desapareçam progressivamente. Além disso, o expressivo papel mitigador do setor ofuscará, cada vez mais, os elementos negativos relacionados a ele.

Avanços tecnológicos e redução de emissões

O Brasil experimentou, nas últimas décadas, avanços tecnológicos expressivos no setor. O plantio direto é uma prática que não exige arado da terra e, portanto, evita a emissão do carbono estocado no solo. Ainda nesse setor, o avanço da colheita mecanizada tem evitado a emissão considerável de gases de efeito estufa (GEEs), resultante da redução da queima do canavial.

Tais avanços tecnológicos também geram importantes ganhos de produtividade. Mais do que isso, significam maior captura e manutenção de carbono em uma mesma área. Não se deve esquecer que outra possibilidade é esperar que o carbono estocado na agricultura brasileira aumente com uma melhor ocupação do solo no país. Há, no Brasil, por volta de 200 milhões de hectares de pastagens, a maioria com baixa produtividade. A produção pecuária brasileira ainda apresenta um baixo nível de desenvolvimento tecnológico. Por essa razão, pequenas mudanças nas práticas produtivas podem trazer significativos ganhos de produtividade. Grande parte dessa área de pastagens já está degradada e, portanto, possui baixíssimos estoques de carbono. De tal forma, espera-se que milhões de hectares sejam liberados para atividades e culturas mais intensivas que, ao expandirem, venham a absorver e estocar quantidades significativas de carbono.

A agricultura também contribui para a mitigação das MCs por constituir uma fonte de energia renovável. Etanol, biodiesel, carvão vegetal renovável e bioeletricidade (cogeração de energia elétrica a partir da biomassa) são apenas alguns desses

exemplos. Esta energia agrícola já representa, pelo menos, 28% da matriz energética brasileira. Em outras palavras, mais de um quarto do transporte, das indústrias e residências no país é movido por energia produzida no campo - participação duas vezes maior que a das usinas hidrelétricas. Há alguma indicação maior da relação positiva entre a agricultura brasileira e o combate às MCs?

Ganhando o reconhecimento internacional

Como conseguir o reconhecimento da comunidade internacional de todo esse potencial mitigador da agricultura brasileira? Desde o início do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o etanol brasileiro poupou, entre julho de 2005 e julho de 2009, uma emissão equivalente a aproximadamente 60% de todos os créditos de carbono gerados por esse instrumento no mundo. A comunidade internacional aceita o MDL como prova de comprometimento no combate às MCs, mas ainda debate o papel do etanol de cana-de-açúcar como uma das possíveis soluções para o transporte.

O exemplo acima ilustra a importância do regime internacional nesse sentido. Infelizmente, na prática, o MDL exclui a agricultura. Estou convencido de que as chamadas Ações Nacionalmente Apropriadas de Mitigação (NAMAs, sigla em inglês), no âmbito do novo acordo internacional sobre o clima, poderão constituir uma ferramenta importante. É absolutamente essencial o estabelecimento de metodologias harmonizadas, transparentes e pré-acordadas - portanto, diferentes do MDL - para o cálculo das reduções alcançadas. Mesmo que essa última questão não seja negociada em Copenhague, é fundamental aprofundar esse debate.

Dessa maneira, o papel mitigador da agricultura poderá encontrar nos NAMAs o reconhecimento internacional desejado. Por si só, isso já seria um enorme ganho para o Brasil. Ademais, de acordo com o atual texto em negociação, parte dessas ações poderá contar com recursos internacionais. Obviamente, nenhum país contribuirá de maneira consciente para um ganho ainda maior de competitividade da produção agrícola brasileira. Por isso, é muito importante que as regras do jogo estejam pré-estabelecidas. De tal forma, a relevância da agricultura brasileira no tema das MCs não se restringirá ao trabalho no campo: abrangerá também os corredores das conferências internacionais sobre o tema.

* Assessor de Meio Ambiente da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica) e Mestre em Economia Internacional pela Sciences-Po de Paris.

Para compreender a relação entre mudanças climáticas, agricultura e comércio

Charlotte Habebrand*

O setor agrícola será afetado em escala mundial pelas mudanças climáticas, o que exige o empreendimento de esforços com vistas à mitigação e a adaptação deste fenômeno. Além disso, a agricultura responde por parcela considerável de emissões de gases de efeito estufa (GEEs). Apesar da relevância do quadro acima, não existe clareza com relação a como um novo regime internacional em mudanças climáticas abordará o tema. Este artigo, que compõe a série de análises do Pontes sobre a trajetória para Copenhague, defende que o comércio de bens agrícolas pode contribuir para esforços de adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

As mudanças climáticas terão impacto sobre a produção e a produtividade agrícolas em escala mundial. Nesse sentido, para que a segurança alimentar global seja garantida, o setor agrícola terá de se adaptar às mudanças climáticas. De fato, a segurança alimentar é destaque proeminente na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês). Essa exige que a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera seja “realizada dentro de um espaço de tempo suficiente, permitindo que os ecossistemas se adaptem naturalmente às mudanças climáticas, de modo a assegurar que a produção de alimentos não seja ameaçada e a permitir que o desenvolvimento econômico continue de uma maneira sustentável”¹.

A agricultura, setor com significativa emissão de GEEs, também desempenha papel importante na mitigação das mudanças climáticas. No entanto, ainda não há clareza quanto à forma com que o setor será incluído em um novo regime internacional de mudanças climáticas. O comércio de alimentos e de outros produtos agrícolas pode contribuir tanto para a adaptação quanto para a mitigação das mudanças climáticas. Nesse contexto, as lideranças políticas provavelmente utilizarão medidas comerciais como estímulo ou pressão para encorajar a mitigação. Posto isso, é preciso identificar e implementar corretamente as regras relacionadas às mudanças climáticas, bem como ao comércio agrícola.

Impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura

Os estudos acerca do provável impacto do aquecimento global sobre a agricultura diferem em suas conclusões. Além disso, há grande incerteza quanto aos impactos localizados. A maioria dos estudos recentes mostra a probabilidade de impactos pequenos, porém benéficos, sobre a produção de cereais em regiões temperadas de latitude média-alta, devido a pequenos aumentos na temperatura (1 a 2 °C). Estes efeitos positivos seriam, entretanto, seguidos de perdas subsequentes à medida que as temperaturas aumentarem. Há consenso de que as zonas tropicais de menor latitude serão as mais afetadas negativamente, uma vez que já apresentam níveis de temperaturas próximos ou além de um limiar em que novos aumentos reduzirão a produção agrícola, ao invés de aumentá-la. Não obstante as temperaturas serem altas em países de baixa latitude, estes possuem menor capacidade de adaptação (aumento da irrigação, por exemplo) e auferem da

agricultura grande parte de seu Produto Interno Bruto (PIB).

Além do aquecimento, as mudanças climáticas deverão aumentar a frequência e a severidade de eventos climáticos extremos (por exemplo, secas, enchentes), os quais terão impactos sobre a produção agrícola e a segurança alimentar. Níveis elevados de dióxido de carbono podem trazer efeitos positivos para as colheitas, mas estes deverão ser inferiores aos imaginados anteriormente.

A agricultura pode ter papel importante na mitigação

Enquanto que a maioria das emissões de GEEs relacionadas à ação humana deriva do uso de combustíveis fósseis, um terço do total tem origem nas mudanças do uso da terra, o que inclui a agricultura. A criação de animais, por si só, é responsável por mais GEEs do que o setor dos transportes². Três dos GEEs mais importantes estão envolvidos na atividade agrícola: dióxido de carbono, metano e óxido nitroso. O setor tem potencial significativo para redução real das emissões de GEEs por meio de: i) redução de suas emissões via aperfeiçoamento das práticas de gestão; ii) sequestro de carbono em solo agrícola via aperfeiçoamento das práticas do setor; iii) menor uso de combustíveis fósseis (por exemplo, via uso de biocombustíveis se eles, de fato, oferecerem reduções nas emissões de GEEs).

Medir as emissões originadas da agricultura é, no entanto, mais difícil do que acompanhar as emissões das atividades industriais devido à complexidade dos processos biológicos e ecológicos; as metodologias de monitoramento devem ser aperfeiçoadas para calcular com maior precisão as emissões originadas na agricultura. Com base no Protocolo de Quioto, os países desenvolvidos (PDs) já podem contabilizar as mudanças no uso da terra, as atividades de silvicultura e certas práticas agrícolas para atingir suas metas de redução de emissões. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), previsto no Protocolo, estabelece a possibilidade de que os produtores de países em desenvolvimento (PEDs) recebam financiamento para projetos de florestamento e reflorestamento, promovendo reduções de emissões que podem ser utilizadas pelos PDs como compensação. Dado o significativo potencial de mitigação encontrado no setor agrícola, os negociadores da UNFCCC terão que decidir se - e, em caso afirmativo, como - expandirão o papel da agricultura no regime internacional das mudanças climáticas.

O papel do comércio

A UNFCCC solicita às Partes que cooperem na preparação para a adaptação aos impactos das mudanças climáticas. A Convenção refere-se, em particular, às fontes de água e à agricultura e exige a promoção, aplicação e difusão de tecnologias, práticas e processos que reduzam ou controlem as emissões originárias da agricultura e da silvicultura. O financiamento para adaptação e mitigação na agricultura ocupará lugar de destaque nas negociações internacionais, conforme se aproxima a conferência antecipada da UNFCCC sobre mudanças climáticas, que será realizada em dezembro, em Copenhague.

O regime de livre comércio para gêneros alimentícios e agrícolas também contribuirá para os esforços voltados à adaptação e a mitigação. No mínimo, o comércio destes produtos será necessário para compensar as mudanças na produção agrícola induzidas pelo clima e a escassez resultante de eventos climáticos inesperados. Além disso, o sistema não-distorcido de trocas estabilizará o cenário internacional e facilitará o aumento de investimentos nos setores agrícolas dos países, muitos dos quais são negligenciados há décadas. A multiplicação de oportunidades comerciais para os países pobres, ainda largamente dependentes de seus setores agrícolas, também poderá impulsionar o crescimento econômico.

O regime de livre comércio amplia, em grande medida, o acesso a matérias-primas, o que pode contribuir para aumentos consideráveis de produtividade em terras já em cultivo, além de recuperar terras degradadas, tirando, assim, a pressão sobre as florestas. A eliminação do apoio dos PDs a medidas distorcivas de comércio no setor agrícola também deve conduzir a escolhas relacionadas à produção que sejam mais prudentes em termos ambientais.

Medidas comerciais utilizadas como pressão e estímulo

Temas relacionados às mudanças climáticas, tais como ajustes tarifários de fronteira, são relevantes ao comércio de todos os produtos e, portanto, devem ser cuidadosamente consideradas. Questões relacionadas aos processos ou métodos de produção não relacionados a produtos (*non-product related PPM*) são especialmente importantes para gêneros alimentícios e agrícolas, dada a preponderância de padrões alimentícios e a crescente tendência de estimar a “pegada do carbono” (*carbon footprint*) ou empreender a “análise do ciclo de vida” para biocombustíveis e outros produtos agrícolas.

O diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, pediu pelo consenso internacional acerca da relação entre as regras do comércio internacional e as normas relacionadas às mudanças climáticas. Sem elas, as ações dispares em âmbito nacional dificilmente cumprirão os objetivos ambicionados por tais normas - tanto no campo das mudanças climáticas como na área do comércio.

No que diz respeito aos produtos agrícolas, ainda existem outras questões a considerar, já que há um acordo específico sobre agricultura no âmbito da OMC. Particularmente, deverão surgir dúvidas acerca da classificação dos incentivos diretos dados aos produtores agrícolas para mitigação ou adaptação às mudanças climáticas. Tais incentivos serão enquadrados na categoria “verde” de subsídio minimamente ou não-distorcivo ao comércio? E se eles emanarem de mercados privados estabelecidos sob o regime do comércio de emissões (*cap and trade*)?

Na medida em que a comunidade internacional busca concluir um acordo em mudanças climáticas até o final deste ano, é altamente recomendável não perder o foco sobre a necessidade de futura liberalização do comércio agrícola. O setor da agricultura enfrenta desafios significativos, como as mudanças climáticas e a necessidade de dobrar a produção até 2050. Dados estes desafios, é vital a coerência entre as políticas voltadas às regras internacionais de mudanças climáticas e do comércio.

* Charlotte Hebebrand é chefe executiva do Conselho de Políticas para a Alimentação Internacional e o Comércio Agrícola (IPC, sigla em inglês).

¹ Artigo 2°.

² FAO, 2006.

PONTES tem por fim reforçar a capacidade dos agentes na área de comércio internacional e desenvolvimento sustentável, por meio da disponibilização de informações e análises relevantes para uma reflexão mais aprofundada sobre esses temas. É também um instrumento de comunicação e de geração de idéias que pretende influenciar todos aqueles envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas e de estratégias para as negociações internacionais.

PONTES foi publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

Editoras

Michelle Ratton Sanchez
Adriana Verdier
Manuela Trindade Viana

Equipe

Daniela Helena Oliveira Godoy
Leonardo Margonato Ribeiro Lima
Adriane Nakagawa
Thiago Dias Oliva

ICTSD

Diretor executivo:
Ricardo Meléndez-Ortiz
7, chemin de Ballexert
1219, Genebra, Suíça
pontes@ictsd.ch
www.ictsd.org

DireitoGV

Diretor Geral:
Ary Oswaldo Mattos Filho
Rua Sílvia, 23 - conj. 12
Bela Vista
01330-010, São Paulo- SP, Brasil
pontes@fgvsp.br
www.fgv.br/direitogv/projetopontes

As opiniões expressadas nos artigos assinados em PONTES são exclusivamente dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do ICTSD, da DireitoGV ou das instituições por eles representadas.

EVENTOS

OUTUBRO

- 20 OMC - Reunião do Comitê sobre Subsídios e Medidas de Compensação
- 21-22 OMC - Reunião do Comitê sobre Práticas Antidumping
- 20-22 Mercosul - CX Reunião da Comissão de Comércio. Local: Montevidéu, Uruguai.
- 22-23 OMC - Conferência: “Desafios Globais na Intersecção das Agendas do Comércio, Energia e Meio Ambiente”.
- OCDE - Conferência sobre Mudanças Climáticas: Transferência e Desenvolvimento de Tecnologia. Local: Nova Delhi, Índia.
- 23 OCDE - Conferência: “Reavaliando a Supervisão, Regulação e Políticas Monetárias”. Local: Chatham, EUA.
- 23 e 28 OMC - Reunião do Conselho para Assuntos Relacionados ao Comércio dos Direitos da Propriedade Intelectual
- 26-27 OCDE - Semana Internacional da Energia. Local: Moscou, Rússia.
- 26-29 UNCTAD - Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minérios, Metais e Desenvolvimento Sustentável
- 26-30 OMC - “Geneva Week”. Local: Genebra, Suíça.
- 29-30 Mercosul - LXXVII Reunião Ordinária do Grupo Mercado Comum. Local: Montevidéu, Uruguai.
- 30 UNCTAD - Curso sobre as questões econômicas de maior importância - barreiras não-tarifárias

NOVEMBRO

- 2-3 OCDE - Workshop: “Implicações comerciais e econômicas das políticas adotadas em resposta às preocupações sociais”
- 4-5 OCDE - Fórum Global sobre Eco-Inovação
- 4-6 Reunião Mercosul - União Europeia. Local: Lisboa, Portugal
- 5-6 OMC - Reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio
- 8-10 Mercosul - 1ª Reunião do Comitê de Administração Conjunta do Acordo Preferencial de Comércio Mercosul - Índia. Local: Delhi, Índia.
- 11-12 OCDE - Encontro sobre as iniciativas de investimento na África. Local: Joanesburgo, África do Sul.
- 12-13 OCDE - Conferência: “Novos modelos de inovação para o crescimento econômico e a sustentabilidade”
- 14-15 OCDE - Reunião dos líderes da APEC
- 16-17 UNCTAD - Conferência: “Boa governança nos níveis local e regional em tempos difíceis: o desafio de mudança”. Local: Utrecht, Holanda.

PUBLICAÇÕES

Africa Progress Panel (UNEP/AfDB/UNECA). *An Agenda for Progress at a Time of Global Crisis*. Disponível em: <http://www.africaprogresspanel.org/pdf/20090610-APP2009_Annual_Report_EN.pdf>.

ESA. *Estudo Econômico e Social Mundial 2009: promover o Desenvolvimento, Salvar o Planeta*. Set. 2009. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/policy/wess/>>.

Greenpeace. *Carbon scam: Noel Kempff climate action project and the push for sub-national forest offsets*. 15 out. 2009. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/raw/content/usa/press-center/reports4/carbon-scam-noel-kempff-clima.pdf>>.

ICTSD. *Liberalization of trade in environmental goods for climate change mitigation: the sustainable development context*. Trade and Climate Change Seminar, 18-20 Jun. 2008. Disponível em: <http://ictsd.net/downloads/2008/10/cph_trade_climate_liberalization_trade.pdf>.

Meléndez-Ortiz, Ricardo; Bellman, Christophe; Hepburn, Jonathan (eds.). *Agricultural Subsidies in the WTO Green Box: Ensuring Coherence with Sustainable Development Goals*, 2009. Disponível em: <<http://ictsd.net/downloads/2009/10/green-box-web-1.pdf>>.

Paranaguá, Pedro; Reis, Renata. *Patentes e Criações Industriais*. FGV Rio, 2009.

Rios, Sandra; Iglesias, Roberto. *América do Sul: Respostas à crise - Síntese dos estudos nacionais*. 2009. Disponível em: <http://www.cindesbrasil.org/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=202&Itemid=41>.

UNDP. *Africa View Point: Africa and Aid for Trade*. Disponível em: <http://www.undp.org/africa/africaviewpoint/AFRICAVIEWPOINT_AUGUST2009.pdf>.

WIPO. *World Intellectual Property Indicators 2009*. Set. 2009. Disponível em: <<http://www.wipo.int/ipstats/en/>>.

WTO. *Trade Policy Review (TPR) - Chile*. Out. 2009. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp320_e.htm>.

WTO, OECD, UNCTAD. *Report on G20 trade and investment measures*. Out. 2009. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/wto_oecd_unctad2009_en.pdf>.